



DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins
e-mail: martins_32@terra.com.br

AJUSTE FISCAL – Com arrecadação muito menor que a projetada, meta de superávit primário foi reduzida de 1,1% do PIB para 0,1%. Nosso comentário: redução drástica! Mudança de rumo? O “Titanic” da economia bate no 1º iceberg? Que o contingenciamento de gastos que o governo estará obrigado a fazer não fique apenas na responsabilidade do consumidor.

DESCOBERTA UMA “NOVA TERRA” – Kepler 452-B está em zona considerada habitável e próximo de estrela parecida com o Sol – Nosso comentário: se não existir “lava-jato”, corrupção, etc., etc., seria uma boa mudarmos para lá.

ELEIÇÕES PARA PREFEITO DE SÃO PAULO – Datena negocia candidatura com PSB – Nosso comentário: uma sugestão, fazer dobradinha com o Silvio Santos. Na Câmara Federal já temos o Tiririca. “Brincadeirinha”!!!!

COMPRA DO HSBC – Bradesco fica sozinho na disputa. Acordo a caminho.

DILMA REFORÇA QUE LEVY “NÃO PERDEU PODER” – Nosso comentário: o ministro estaria entrando em um processo de fritura?

APESAR DE TUDO, PETROBRÁS SE MANTÉM NO RANKING DAS MAIORES DO MUNDO – Para a revista “Fortune”.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA – Fiat, Ford, BMW e Ferrari convocam “recall”. Nosso comentário: atenção, será que o seu veículo está sendo chamado?

RESTAURANTES – Consumo cai 13% em um ano. Seria o início da redução das despesas consideradas supérfluas?

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ABRE CONCURSO – Para níveis superior e médio. Salários de R\$ 8.800,00 e R\$ 5.400,00. As inscrições podem ser feitas entre os dias 30 de julho a 19 de agosto.

TEMPERATURAS – Primeiro semestre de 2015 quebra recorde de calor.

CUIDADO, PROBLEMA É MAIS GRAVE – A revisão da meta fiscal reflete o grave desequilíbrio estrutural das contas públicas.

ESTADO DE SÃO PAULO VAI PRIVATIZAR LINHA CINCO DO METRÔ – Nosso comentário: seria por falta de recursos ou incapacidade de concluí-la?

Por hoje é só, tenham todos uma ótima semana!

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

Crise grega?... É sem saída...
Que esperar do seu final
se a Acrópole foi vendida
para a igreja universal?

Só quem viveu igual drama
pode logo compreender
que, dar “adeus!” a quem se ama,
dói bem mais do que morrer.

No PAN, o Brasil domina...
Mais dois ouro no retal:
Cunha: “Nado de Propina”,
Dilma: “Assalto Ornamental”.


“WEB ROTAS” AUXILIA MOTORISTAS NAS ESTRADAS PAULISTAS

O Departamento de Estrada de Rodagens do Estado de São Paulo (DER-SP) possui um sistema on-line para facilitar a vida dos motoristas que trafegam em todo o território paulista: trata-se do “Web Rotas”. Para acessar este recurso eletrônico, o usuário deve entrar na Internet, acessar o site do DER (<http://www.der.sp.gov.br/homepage/default.aspx>) e depois clicar no ícone “Web Rotas”, a esquerda do seu monitor. Um mapa do Estado de São Paulo irá se abrir, com todas as rodovias estaduais.

É possível traçar uma rota entre as cidades desejadas, observar a quilometragem correspondente e o tempo estima-

do de viagem. Além disso, o próprio “Web Rotas” traça o melhor caminho para se chegar ao destino desejado, indicando ainda os acessos onde os motoristas devem entrar, a quilometragem de cada estrada acessada durante a viagem e a localização dos pedágios.

O motorista também pode obter diversos tipos de informações sobre a estrada que deseja utilizar, como a situação da pista (simples ou duplicada) ou as cidades que ela corta: é só usar o mouse para dar um zoom no mapa, ou então recorrer ao ícone “pesquisar” e selecionar uma cidade, ou o nome da própria rodovia.



JORNAL integração

EXPEDIENTE
Integração - o Jomal do Povo Ltda. -
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18
DIRETOR RESPONSÁVEL:
José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)
DIRETOR PROPRIETÁRIO
Renê José Rodrigues Fernandes
REDATORA:
Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)
ESPORTES:
Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:
José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira,
Roberto Antonio Clessi, Ivan Gonçalves e
Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatuí/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba -
Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP

Opinião

MUNICÍPIOS DEVEM INDENIZAR POR BURACOS NAS RUAS

O Município de Londrina foi condenado a indenizar uma ciclista que caiu ao passar por um buraco que havia na rua. Ela sofreu escoriações e contusões nas pernas, nos braços e no rosto. Sua bicicleta também ficou danificada. A vítima deverá ser paga a quantia de R\$ 1.000,00 por dano moral, mais os seguintes valores: R\$ 140,00 como reembolso do tratamento dentário, R\$ 87,00 pertinentes aos lucros cessantes e R\$ 1.058,62 por danos materiais (avarias na bicicleta).

Essa decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná manteve, por unanimidade de votos, a sentença do Juízo da 1.ª Vara Cível da Comarca de Londrina que julgou procedente o pedido formulado na ação de indenização ajuizada por M.F.S. contra o Município de Londrina.

Ante a alegação do apelante (Município de Londrina) de que não pode ser responsabilizado, uma vez que não existe nexo causal e porque a culpa deve ser atribuída à vítima, asseverou o relator do recurso:

“Para o caso concreto a equação deve ser definida da seguinte maneira: não havendo buraco na pista, ainda que a bicicleta estivesse em alta velocidade, haveria evento danoso? A resposta é “não”. Isso posto, não se pode falar em culpa concorrente, pois caso a pista estivesse em condições normais de trafegabilidade não haveria o dano”. Assinalou também o relator: “[...] quem mantém uma via de veículos deve fazê-lo de forma adequada a garantir segurança. Havendo falta de manutenção da pista com a existência de buraco, não é necessário indagar-se há culpa da administração. A negligência deriva da existência do próprio buraco, pois não deveria existir. O nexo de causalidade é a relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado. Se o Estado não tivesse deixado o buraco na rua ou tivesse sinalizado adequadamente, o acidente não teria ocorrido, o autor não teria se machucado e não haveria que se falar em dano moral”. Da Assessoria de Imprensa do TJ/PR

A ALÍQUOTA DO IMPOSTO ÚNICO

** Marcos Cintra*

No dia 4 de julho último, a “Folha de São Paulo” publicou o artigo “Proposta funesta”, de Paulo Rabello de Castro, onde o autor afirma que o Imposto Único seria o único tributo a ser pago no País. E por conta disso, sua alíquota seria “tão alta que destruiria qualquer incentivo ao uso de transações bancárias”.

Paulo Rabello de Castro erra ao afirmar que o Imposto Único seria o único tributo a ser pago pelos contribuintes. A proposta pretende substituir impostos e contribuições que equivalem a 80% da carga tributária doméstica. Seriam extintos o Imposto de Renda sobre a pessoa física e sobre as empresas, o IPI, o IOF, a Cofins, o INSS patronal, o Sistema “S”, o ICMS, o ISS e outros de menor importância. Ainda permaneceriam as taxas federais, estaduais e municipais, os impostos incidentes sobre exportação e importação, as contribuições previdenciárias individuais e os tributos que representam poupança do trabalhador, como o FGTS e o PIS. Em relação à alíquota do Imposto Único, o autor não definiu o que classifica como “tão alta”, mas o aspecto fundamental em relação a essa crítica é que a unificação de vários tributos sobre uma base ampla como a movimentação financeira permite uma alíquota muito baixa quando comparada com os tributos vigentes que, cobrados sobre bases restritas, exigem alíquotas elevadas.

A base para estimar uma alíquota para um único tributo que substitua cerca de 80% da carga tributária foi obtida a partir da experiência da CPMF e está descrita no capítulo dois do livro “Bank Transactions: Pathway to the Single Tax Ideal”. Em 2007, último ano de vigência dessa contribuição, a alíquota de 0,38% gerou uma receita de R\$ 36,3 bilhões. Ou seja, sua base de cobrança foi da ordem de R\$ 9,6 trilhões, equivalente a 3,6 vezes o PIB naquele ano. Se essa fosse a base utilizada o Imposto Único precisaria de uma alíquota de 3,67% no débito e no crédito de cada lançamento nas contas correntes bancárias. Ocorre que a proposta do Imposto Único prevê medidas como o fim de todas as imunidades tributárias e a tributação em dobro de saques e depósitos em dinheiro nos bancos, o que implicaria em uma base de incidência de cerca de R\$ 12,5 trilhões, exigindo uma alíquota menor, de 2,81% em cada lado das transações nas contas correntes. Ou seja, trata-se de uma alíquota baixa quando comparada, por exemplo, com os 18% do ICMS, os 27,5% do IRPF ou os 9,25% do PIS/Cofins, tributos declaratórios de elevado custo e que são extremamente vulneráveis à sonegação.

Em relação à crítica de que o Imposto Único sobre a movimentação financeira levaria ao uso de dinheiro vivo cabe esclarecer que a proposta determina que toda transação a partir de um determinado piso somente terá validade jurídica se ocorrer dentro do sistema bancário. Outro ponto que limita a monetização é a tributação em dobro nos saques e depósitos em dinheiro, o que desestimula o uso da moeda em espécie. O uso do papel moeda e da moeda metálica ficariam restritos a transações de reduzido valor. Ou seja, usar dinheiro em espécie seria ilegal a partir de um determinado valor e ainda implicaria em riscos, como roubos e perdas, e em custos com transporte de grandes somas. Com a alíquota reduzida ficaria mais barato pagar o tributo.

*** Marcos Cintra** é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

OFICINA COM INSCRIÇÕES ABERTAS NO MUSEU
Nos dias 7 e 8 de agosto, das 9h às 12h, no Museu Paulo Setúbal, acontece a Oficina “O alinhavo das memórias”, com Nário Barbosa. As inscrições são gratuitas e os participantes precisam ter a idade mínima de 14 anos. Mais informações fone (15) 3251-6586.

ESPETÁCULO DE DANÇA NO CONSERVATÓRIO
No dia 16 de agosto, 19h30, a Rit’s Cia de Dança apresenta o espetáculo de dança “Controverso”, no Teatro “Procópio Ferreira”, em Tatuí. A coordenação é de Anelissa Frutuoso e o ingresso é um quilo de alimento não perecível, exceto sal.

CINCO PONTES ATÉ O RUBICÃO

**GAUDENCIO TORQUATO*

Dilma Rousseff atravessará o seu Rubicão? Há fortes razões para apostar no “Não”, até por se saber que ela não contaria com tropas poderosas como dispunha Júlio César, em 11 de janeiro de 49 A.C., quando transgrediu a ordem de Roma, lançando uma declaração de guerra contra Pompeia com a célebre tirada: “a sorte está lançada”. Seu arsenal no Congresso se esvaizia e escasseia a munição das ruas. Mas em política contorna-se frequentemente o que parece impossível, por meio de fatores que integram o escopo de viabilidade, a começar pela própria índole da presidente. Entre as duas estratégias do jogo político – cooperação e confronto – a que mais combina com o *ethos* presidencial é esta última, conforme se pode constatar na entrevista que ela concedeu à FSP (“eu não vou cair”). Sabendo que Lula também é de briga, como ele mesmo propaga, a engenharia política conveniente ao projeto do PT é a do embate.

Em seu livro “Estratégias Políticas”, o cientista social Carlos Matus, que trabalhou no governo Allende, no Chile, distingue três estilos de governantes: o modo Chimpanzé, centrado nas relações de dominação/submissão, que se ampara em alianças táticas e transitórias e rivalidade permanente; o modo Maquiavel, centrado no projeto de um grupo, um partido, que permite o uso de quaisquer meios para viabilizá-lo. O chefe (por exemplo, Lula/Dilma) não é o projeto, mas o projeto será inexistente sem ele(s). O terceiro é a maneira Gandhi, inspirada no respeito às posições de todos, na busca de cooperação. O líder é a personificação da honestidade. Nesse tipo, não existem inimigos, mas adversários. Nas três décadas de vida do PT, o estilo Maquiavel predominou. A confrontação está no *dna* petista.

Sob o lume maquiavélico, o Partido dos Trabalhadores tentará prolongar o ciclo de poder que detém há 12 anos e meio. O primeiro grande entrave é a salvação do governo Dilma. Não há como dissociar PT, Lula e Dilma, como alas petistas tentam. O desafio que se apresenta ao lulopetismo é fazer com que a presidente atravesse cinco pontes até chegar ao famoso cruzamento do Rubicão. Elas estão interligadas, a indicar que os obstáculos existentes numa influenciaram a passagem na seguinte.

A primeira é a ponte pessoal, a do jeito de ser. Dilma não é uma pessoa cordata. É de briga, de desafios, como ilustra com seu passado guerrilheiro. Assim, a estratégia de cooperação ficará em segundo plano, o que sugere continuação das querelas entre a base governista e o Executivo e entre alas do próprio PT. O confronto é a pior alternativa para ela nesse momento. Brigar com Eduardo Cunha, por exemplo, seria um ponto fora de curva.

A segunda é a ponte econômica, para cuja travessia a presidente usa a competência técnica do timoneiro Joaquim Levy e a articulação do vice Michel Temer. Aprovado o pacote fiscal, mesmo com ajustes, a presidente terá de correr para apressar o fim do ciclo da economia recessiva, sob altos juros, inflação renitente e desemprego crescente. A redução da meta fiscal de 1,1% do PIB este ano para 0,5%, conforme se prevê, abre horizontes sombrios. A insatisfação grassará em todos os estratos, a partir das margens e da classe C, a emergente, que esvaizia o bolso, sob ameaça de regredir à base da pirâmide. As massas voltarão às ruas, os movimentos sociais agitarão bandeiras e a esfera política, sob os índices negativos de avaliação do governo, aproveitará para deitar conveniências. O congestionamento da via econômica provocará danos nas pontes seguintes – social e política – dificultando a travessia presidencial. Se o rigor fiscal der resultados ainda este ano, um raio de luz pode aparecer. Pouco provável.

Para diminuir os acessos, a Operação Lava Jato, com alta estridência, tem potencial para criar abalos nas conchas cômicas e convexas do Congresso e provocar fissuras nas imagens de suas lideranças. Mas a questão vai longe. Ante o foro privilegiado que abriga a representação política e com a tramitação de processos na Alta Corte sob embargos de todos os tipos, os casos deverão durar bons dois anos.

As pontes de passagem da presidente Dilma encontrarão ainda outros obstáculos, como a decisão do TCU, em agosto, sobre a responsabilidade da mandatária no caso das “pedaladas” fiscais e a votação do TSE sobre eventuais irregularidades nas contas de campanhas de Lula e Dilma. É quando entra em cena a quinta ponte, a da gestão, pela qual a presidente deverá caminhar nos próximos meses. Pode ser atropelada pelos questionamentos que advirão. E, na sequência, tentar se esconder na base governista. Se a administração ganhar ritmo, vislumbra-se uma réstia de esperança. Esse pacto pela governabilidade firmado por partidos da base resistirá aos tempos de vacas magras?

Diz-se que a política é a arte de fazer possível o impossível. Eis o desafio que se impõe à Sua Excelência antes de chegar ao Rubicão.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato